

Construindo uma história

2010

Operação Jurupari, em Mato Grosso, prende 64 madeireiros, proprietários rurais, engenheiros florestais e servidores públicos por crime ambiental envolvendo madeira

No delta do rio Guamá, pólo madeireiro do Pará, 46 empresas são fiscalizadas sob suspeita de inserção de créditos fictícios no sistema estadual de controle. Na Operação Delta, além de 60 multas, foi apreendida madeira suficiente para encher 600 caminhões

2007

Deflagrada pela Polícia Federal, Operação Ouro Verde prende quadrilhas envolvidas com falsificação de licenças ambientais. A investigação aponta que hackers estariam desbloqueando o sistema de controle de madeira para as ações ilegais

Começa a operar a primeira concessão pública para uso sustentável de floresta por empresas. Um caminhão com 49 metros cúbicos de tauari foi o carregamento inicial que deixou a área concedida à empresa Madeflona, na Floresta Nacional do Jamarí (RO)

2006

Florestas públicas são abertas à exploração por empresas, mediante concessão. A Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06), que cria o novo modelo, altera o artigo 19 do Código Florestal, transferindo a competência do governo federal aos estados e municípios na área florestal

Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece regras para o manejo florestal e regulamenta o controle dos produtos florestais a partir de informações padronizadas nacionalmente

É instituído o Documento de Origem Florestal (DOF) para o controle mais eficiente do transporte de madeira, em substituição à ATPF

2001

Certificado de Cadastro do Imóvel Rural, gerenciado pelo Incra e Receita Federal, passa a ser obrigatório às propriedades. Integra-se no esforço contra a grilagem de terras, as transferências de posse fraudulentas e a invasão de áreas de preservação ambiental

2002

Mercado começa a se fechar à madeira ilegal. Após campanhas ambientalistas, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres (CITES) restringe a exportação de mogno da Amazônia

2003

Megaoperação de órgãos federais revisa a prestação de contas de madeireiros para identificar fraudes

Lei 10.650 obriga a transparência dos dados ambientais, como as autorizações para desmatamento.

Bauru (SP) é a primeira cidade a aderir ao Programa Cidade Amiga da Amazônia, do Greenpeace Brasil

Década de 2000

Números ascendentes do desmatamento e imagens de queimadas na mídia internacional colocam a Amazônia no centro das discussões sobre o aquecimento global. Pressionado, o governo brasileiro aumenta o cerco à ilegalidade

2000

Lei 9.985 cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que ordena as áreas protegidas federais, estaduais e municipais, bem como suas diferentes categorias de uso, com objetivo de preservar e valorizar a diversidade biológica

Lançamento do estudo "Certando o Alvo" por um grupo de ONGs, o primeiro que dimensionou a origem e os principais mercados consumidores da madeira ilegal amazônica

1997

Após desmatamento recorde, fiscalização do Ibama com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) detecta irregularidades que resultaram no cancelamento de 50% dos planos de manejo na Amazônia

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) comprova operações irregulares de madeireiros malaios, indonésias e chinesas na Amazônia

Forest Stewardship Council (FSC) confere o primeiro selo sócioambiental para manejo florestal na Amazônia. Hoje, são mais de 3,3 milhões de hectares certificados, com 1 milhão para exploração madeireira

1998

Abertura de fronteiras para o avanço da agropecuária aumenta a escalada da madeira ilegal. A Amazônia vive uma febre de planos de manejo falsos ou ruins. Ocorrem roubos de ATPF e incêndios criminosos em escritórios do Ibama. Investigação inédita do antigo Sistema Nacional de Informação (SNI) aponta o impacto da ilegalidade

É aprovada a Lei 9.605/98, de Crimes Ambientais, fechando o cerco às práticas predatórias na floresta

1994

Decreto Federal 1.282/94, que regulamenta o Código Florestal, anuncia os princípios e critérios básicos do plano de manejo florestal. Portarias ministeriais detalharam depois as formas de implementá-lo

1993

Portaria 44-N do Ibama cria a Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF) como resultado das pressões para a regularização e controle do manejo. O documento comprova o volume e as espécies de madeira transportadas, conforme a Declaração de Venda de Produto Florestal (DVPPF)

Quatro anos mais tarde o setor madeireiro monta o SISMAD, um sistema eletrônico proposto para substituir os formulários em papel do Ibama. Destina-se ao controle da produção, estoque e comércio de madeira serrada

1992

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, líderes mundiais assinam as convenções do clima e da diversidade biológica. É publicada a Agenda 21 Global.

Década de 1990

Diante das queimadas e derrubada desenfreada da floresta, leis e portarias regulamentam a cadeia de custódia da madeira até o comprador final. Novos sistemas de controle são implantados

1989

Criação do Ibama, fruto da reforma administrativa que extinguiu o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A medida tem como objetivo modernizar a gestão ambiental no país

1988

A Floresta Amazônica começa a ser monitorada por imagens de satélite pelo INPE. Hoje, a tecnologia é importante instrumento contra o desmatamento e a madeira ilegal

O líder seringueiro Chico Mendes, ícone da luta contra a exploração predatória da Amazônia, é assassinado em Xapuri (AC). As atenções globais se voltam para a região

1987

No Relatório Brundtland, ONU reforça o conceito de desenvolvimento sustentável, criado na década de 1970 por estudo a pedido do Clube de Roma

Promulgada a Constituição Federal com um capítulo essencial sobre proteção integral ao meio ambiente

A indústria madeireira migra para a região, mas o governo não regulariza a posse da terra na Amazônia, nem define as regras para o manejo florestal

1967

Primeiro registro do uso de motosserra na Amazônia, prática que impulsionou a derrubada de floresta sem critérios

Décadas de 1970 e 1980

Com o lema "integrar para não entregar", governo militar constrói rodovias que atravessam a Amazônia, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), atraindo colonos de outras partes do país para abrir a floresta com incentivos oficiais

Até 1960

Exploração da madeira em pequena escala por comunidades, com instalação de infraestrutura e serrarias ao longo dos rios

1960

Criado na Universidade Federal de Viçosa (MG) o primeiro curso superior de Engenharia Florestal. Hoje, o país tem 59 cursos e 16 mil engenheiros

1965

Entra em vigor a Lei 4.771, que criou o Código Florestal, em substituição ao Decreto nº 23.793/34. A lei estabeleceu limites mínimos de área para conservação nas propriedades rurais e o conceito de manejo florestal, só regulamentado 29 anos depois